

Vereadores do Rio de Janeiro e a Operação Contenção: o que dizem no Instagram?¹

Verônica Marçal Lemes²
Universidade do Estado de Minas Gerais - UEMG

RESUMO

Este estudo analisa o posicionamento dos vereadores do Rio de Janeiro no Instagram sobre a Operação Contenção (2025), utilizando análise de conteúdo e métricas de engajamento. Foram identificadas três categorias discursivas, revelando que a narrativa a favor da operação concentrou 60% do engajamento total. Os dados demonstram como o "regime do medo" mobiliza a arena digital, priorizando o espetáculo do confronto em detrimento de discussões complexas sobre políticas de segurança pública.

PALAVRAS-CHAVE: comunicação política; vereadores; segurança pública; Operação Contenção, Instagram.

Introdução: Bases teóricas a delimitação do estudo

Este trabalho analisa o posicionamento dos vereadores da Câmara Municipal do Rio de Janeiro (CMRJ) sobre segurança pública no estado, a partir das postagens em seus perfis do Instagram sobre a operação policial que ocorreu em 28 de outubro de 2025 nos Complexos do Alemão e da Penha. Foram analisadas as publicações dos 51 vereadores da CMRJ no período de 28 de outubro a 6 de novembro de 2025, recorte definido após levantamento preliminar indicar que as principais manifestações sobre o tema se concentraram nesse intervalo. Ao todo, foram identificadas 116 postagens relacionadas à ação policial, distribuídas nos perfis de 23 vereadores.

A ação policial, nomeada de Operação Contenção pelo Governo do Estado Rio de Janeiro, envolveu cerca de 2,5 mil policiais civis e militares e resultou em 121 mortes, classificando-a como a mais letal da história do país (BARBOSA 2025). O episódio teve ampla repercussão na imprensa nacional e internacional, presente em jornais como The Guardian (Reino Unido), El País (Espanha), Clarín (Argentina), entre outros, que descreveram cenas de guerra e destacaram a dimensão da letalidade policial.

¹ Trabalho apresentado no Grupo de Trabalho Comunicação política e redes sociais, evento integrante da programação do 29º Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste, realizado de 14 a 16 de maio de 2026. Esta pesquisa conta com o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais – FAPEMIG.

² Graduanda do Curso de Ciências Sociais da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG). Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais – FAPEMIG (Processo nº APQ 04822-25)e-mail: veronica.241137054@discente.uemg.br

No âmbito local, pesquisa Datafolha divulgada nos dias seguintes mostrou uma opinião pública dividida: 57% dos moradores da cidade consideraram a operação um sucesso no combate ao crime organizado, enquanto 43% a avaliavam negativamente ou não souberam opinar (GIELOW, 2025).

Como argumentam Muniz e Cecchetto (2021), operações policiais no Rio de Janeiro frequentemente se caracterizam como “teatros de operações” – espetáculos de alta visibilidade que alimentam um regime do medo e naturalizam práticas de exceção em nome de uma suposta “guerra contra o crime”. As autoras apontam que o discurso utilitário do medo amplifica a ideia de guerra como único recurso, contrariando o pensamento de segurança pública dos autores Costa e Lima (2014, p. 397), como “campo formado por diversas organizações que atuam direta ou indiretamente na busca de soluções para problemas relacionados à manutenção da ordem pública, controle da criminalidade e prevenção de violências.”. Esse discurso mobiliza a opinião pública em torno de narrativas polarizadas, tende a se esgotar rapidamente, uma vez que o evento cumpre sua função performática, sem necessariamente criar um debate a partir de políticas públicas de segurança.

Mais do que um sentimento individual, o medo opera como uma estratégia discursiva que legitima ações repressivas ao construir um inimigo a ser combatido por todos os meios disponíveis. É justamente essa lógica do regime do medo que se conecta ao que Pereira (2024, p. 45) aponta ao afirmar que “o medo atua como canalizador social e produtor de políticas e iniciativas do poder público”. Nesse sentido, o autor aponta que o temor coletivo molda uma sociedade que prioriza a ordem, a vigilância e o punitivismo. O Instagram se transformou em um palco privilegiado para a amplificação e a espetacularização desses debates.

A análise do Instagram justifica-se pela relevância que a plataforma assumiu no âmbito político nacional, como durante a campanha eleitoral de 2024, em que rede social foi registrada por 180,2 mil candidatos a cargos municipais em todo o país (ZANLORENSSI, 2024). Pacheco e Rodrigues (2023) demonstram a centralidade do Instagram na Câmara de Belo Horizonte: a plataforma é prioritária para 81,6% dos parlamentares, que a utilizam diariamente para divulgar o mandato e engajar eleitores.

Para localizar as postagens relativas à temática, aplicou-se um script em Python que realizou a busca nas legendas utilizando um conjunto de 18 palavras-chave:

“operação”, “bandidos”, “enterro”, “policiais”, “blindados”, “cidadão de bem”, “megaoperação”, “forças de segurança”, “guerra”, “Cláudio Castro”, “operação contenção”, “ação policial”, “pmerj”, “policial”, “operação policial”, “massacre”, “chacina” e “faxina”. A amostra resultante, composta por vídeos e fotos, foi submetida à análise de conteúdo (BARDIN, 2011), observando-se a limitação metodológica de que a extração automatizada se restringiu ao conteúdo textual das legendas.

A partir desse material, estabeleceram-se as seguintes categorias discursivas: a favor, contra e menções tangenciais da operação. Em seguida, para cada categoria analisaram-se as seguintes dimensões: (I) quantidade de posts; (II) engajamento, medido pelos likes, indicando o quanto os eleitores se mobilizaram em torno da pauta, com o objetivo de indicar a proporção que as diferentes categorias tomaram no debate nas redes sociais dos vereadores.

Posicionamentos em disputa: Analisando as postagens da Operação Contenção

Dos 51 vereadores da CMRJ, os 23 vereadores que postaram sobre a operação, utilizaram diferentes estratégias comunicativas e após análise das postagens permitiu identificar três categorias discursivas: a favor da operação, grupo composto por 9 vereadores que exaltaram a ação policial e defenderam sua legitimidade; contra a operação, com 7 vereadores; e menções tangenciais, também com 7 vereadores, que mencionaram o ocorrido de forma periférica, sem apoio claro ou crítica.

Aqueles vereadores classificados como a favor da operação caracterizaram-na com termos como “histórica”, “belíssima” ou “necessária” e parabenizaram as instituições responsáveis e o então governador Cláudio Castro do Partido Liberal (PL) com ações institucionais como a entrega de medalhas, homenagens e a emissão de moções de louvor.

Além disso, os policiais foram reiteradamente chamados de “heróis” e os suspeitos, de “bandidos”, “vagabundos” ou “narcoterroristas”. Expressões que associam a operação a uma “guerra” e que sugerem apoio à letalidade – “tem que ir pra vala”, “pena que muitos escaparam com vida” – foram bastante utilizadas nas postagens.

Esses parlamentares também direcionaram críticas à “esquerda”, em especial a partidos como o Partido dos Trabalhadores (PT) e Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) e ao governo federal, especialmente a figura do presidente Lula, utilizando

termos como “inversão de valores” e “defender bandidos”. O compartilhamento da nota de apoio da Comissão de Segurança Pública, composta pelos vereadores dessa categoria, também foi registrada nas publicações.

Em contrapartida, os vereadores contra a operação, a denominavam com termos como “chacina”, “massacre” ou “genocídio” e responsabilizaram o governador pelo resultado da ação, com menções explícitas a pedidos de afastamento do cargo. As postagens denunciaram a seletividade racial e territorial da violência, recorrendo a conceitos como “necropolítica” e “genocídio negro”.

A crítica à operação foi articulada em torno da defesa de políticas públicas baseadas em inteligência, investigação e políticas sociais, ao invés de confrontos espetaculares. Também se registrou ações como a convocação de debates na Câmara, o envio de ofícios a secretarias municipais, o acompanhamento de famílias no Instituto Médico Legal (IML) e o apoio à Defensoria Pública.

Na análise das postagens identificou-se, ainda, vereadores que fizeram menções tangenciais ao ocorrido, sem assumir posicionamento explícito de apoio ou crítica. Suas postagens limitaram-se a informar sobre impactos urbanos como problemas no trânsito ou paralisação de serviços hospitalares e escolares, prestaram solidariedade genérica a vítimas, abordaram o tema a partir de recortes de suas pautas principais ou postagens com apelos à paz e à oração sem vinculação direta com a avaliação da operação.

Ao fazer um estudo dos dados quantitativos como a quantidade de postagens e os likes, eles evidenciam que os vereadores a favor da operação concentraram a maior parte do engajamento (60% dos likes). Embora os vereadores contra tenham produzido um volume ligeiramente maior de postagens (55 contra 51), seu engajamento total foi inferior (38,9%). Já os vereadores que fizeram menções tangenciais, embora representem um terço dos parlamentares que se manifestaram, obtiveram apenas 1,1% do total de likes, evidenciando sua invisibilidade na disputa discursiva. A tabela 1 apresenta os indicadores quantitativos agregados por categoria:

Tabela 1 – Indicadores de engajamento por categoria discursiva

Categoria	N	Postagens temáticas	Likes totais	% dos likes totais
À favor	9	51	705.702	60,0%
Contra	7	55	458.283	38,9%

Menções tangenciais	7	10	13.230	1,1%
Total	23	116	1.177.215	100%

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados das redes sociais dos vereadores. N corresponde ao número de perfis dos vereadores.

Discussão dos dados e considerações finais

A ação policial e seus desdobramentos mobilizaram as redes sociais por dez dias, com uma rápida concentração das postagens no período imediatamente posterior à operação, seguida de silenciamento. Esse padrão evidencia como o medo mobiliza o debate de forma intensa e fugaz, sem necessariamente se traduzir em uma discussão duradoura sobre políticas de segurança.

Além disso, nota-se que os vereadores com discurso favorável à operação alcançaram melhor performance nas redes, mobilizando um maior volume de engajamento. Isso sugere que, na arena digital, essa narrativa encontra maior ressonância, resultado que se alinha à pesquisa do Datafolha sobre a adesão popular à lógica de que a segurança se faz pelo confronto. Conforme aponta Pereira (2024), o medo atua como elemento mobilizador que legitima políticas repressivas, ao estruturar uma oposição entre “cidadãos de bem” e aqueles representados como inimigos. Nas plataformas digitais, esse mecanismo de antagonismo mostrou-se especialmente favorável ao engajamento dos atores políticos que adotaram esse discurso.

Por outro lado, as postagens contrárias à ação policial não alcançaram o mesmo patamar de engajamento, demonstrando que concepções alternativas de segurança pública possuem menor capilaridade nesse ambiente. No Instagram, o paradigma predominante da discussão foca no confronto violento, no regime de medo e no espetáculo das grandes operações, como apontado por Muniz e Cecchetto (2021). É possível identificar a polarização sobre o tema ao observar o engajamento quase nulo daqueles que apenas mencionaram a operação, sem adotar um posicionamento.

Esse cenário revela uma contradição fundamental: enquanto a segurança pública é, de acordo com os autores Costa e Lima (2014), um campo aberto, voltado para soluções multidisciplinares relacionadas à ordem pública, a disputa discursiva nas redes sociais parece priorizar o discurso utilitário do medo. Essa assimetria demonstra que propostas complexas e transversais perdem espaço para o imediatismo das reações punitivistas no ambiente digital dos vereadores.

O próximo passo do estudo, a ser apresentado em textos futuros, consiste na análise das postagens dos vereadores que fizeram apenas menções tangenciais à pauta. Além disso, almeja-se investigar se é possível verificar a influência partidária nos posicionamentos em situações de polarização no debate de segurança pública no âmbito local.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Marcelo. A Megaoperação no Rio de Janeiro é a mais letal da história do Brasil: número de mortes que ocorridas durante a ação segue em atualização. Agência de Jornalismo Experimental (AGEMT), 2025. Disponível em: <https://agemt.pucsp.br/noticias/megaoperacao-no-rio-de-janeiro-e-mais-letal-da-historia-do-brasil>. Acesso em: 28 mar. 2026.

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. Tradução: Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2011.

COSTA, T. A.; LIMA, S. R. Segurança Pública. In: LIMA, R. S.; RATTON, J. L.; AZEVEDO, R. G. (org.). Crime, Polícia e Justiça no Brasil. São Paulo: Contexto, 2014.

GIELOW, Igor. Datafolha: Operação mais letal foi sucesso para 57% dos moradores do Rio. Folha de S. Paulo, 2025. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2025/11/datafolha-operacao-mais-letal-foi-sucesso-para-57-dos-moradores-do-rio.shtml>. Acesso em: 22 mar. 2026.

MUNIZ, Jacqueline de Oliveira; CECCHETTO, Fátima Regina. Insegurança pública: exceção como rotina, excepcionalidade como o normal no rio de janeiro, brasil. Ciência & Saúde Coletiva, [S.L.], v. 26, n. 10, p. 4635-4644, out. 2021. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1413-812320212610.11512021>. Acesso em: 20 mar. 2026.

PACHECO, D. P. de A.; RODRIGUES, W. F. da R. Vereadores nas mídias sociais digitais: a comunicação online dos gabinetes da Câmara Municipal de Belo Horizonte. Sociedade e Cultura, Goiânia, v. 26, 2023. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/fcs/article/view/75541>. Acesso em: 20 mar. 2026.

PEREIRA, Pedro Barreto. O medo como estratégia discursiva em políticas de segurança pública: Uma análise comunicacional. Revista Metaxy, Rio de Janeiro, v. 5, n. 5.1, p. 44-63, 2024. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/metaxy>. Acesso em: 28 mar. 2026.

REDAÇÃO G1. 'Rio em guerra': imprensa internacional repercute megaoperação contra o CV que deixou mais de 60 mortos. G1, 2025. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2025/10/28/rio-em-guerra-imprensa-internacional-repercute-megaoperacao-contra-o-cv-que-deixou-mortos.ghtml>. Acesso em: 27 mar. 2026.

ZANLORENSSI, Gabriel. As redes sociais utilizadas pelos candidatos em 2024. Nexo Jornal, 29 ago. 2024. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/grafico/2024/08/29/eleicoes-2024-as-redes-sociais-mais-usadas-em-campanha-eleitoral>. Acesso em: 20 mar. 2026.